



INFORMAÇÃO N.º 02/2016 - ACTIVIDADE MUNICIPAL e SITUAÇÃO FINANCEIRA

Nos termos do n.º 2, alínea c), do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal “apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação da Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (...)”.

Assim, damos cumprimento a este preceito legal, descrevendo, ainda que de forma sucinta, aquilo que de mais relevante se fez na Câmara Municipal de Alfândega da Fé, desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, e que abrange o período 13 de fevereiro a 25 de abril de 2016.

Cultura e Turismo



Entrudo 2016 | 9 de fevereiro

A tradição já vem de longe, no dia de Carnaval os alfandeguenses saíram à rua, dia 7 de fevereiro, para assinalar a data num desfile em que sátira e crítica social estão sempre bem presentes. Dia 9 o cortejo voltou a sair à rua, desta vez, pelas ruas da freguesia de Sambade. Organização do Sr. Fernando Dias, respetivo grupo de trabalho e Junta de Freguesia de Alfândega da Fé; colaboração da Comissão de Festas do Mártir S. Sebastião, Liga de Amigos do Centro de Saúde/Universidade Sénior, Teatro de Alfândega da Fé e Teatro Filandorra, Associação Musical de Alfândega da Fé, elementos do Grupo de Cantares de Alfândega da Fé; participação do Cortejo de Sambade (Grupo de Cantares, Grupo de Bombos, Grupo de Concertinas e carros alegóricos).



Workshop Teoria do Design e Pré-Impressão | 26 e 27 de fevereiro

Realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro no auditório da Biblioteca Municipal, o Workshop Teoria do Design e Pré-Impressão, contou com 21 participantes.

Com o objetivo de identificar as boas práticas de design e aplicar os vários procedimentos e técnicas na preparação de suportes para impressão. Destinado a todos os interessados em melhorar as suas formas de comunicação com o público, gestores de marcas/produtos e que pretendiam alargar conhecimentos na área do design gráfico e na preparação de ficheiros para produção de material publicitário.



Percurso Pedestre Trilho de Gouveia | 27 de fevereiro

O percurso localiza-se no extremo sudoeste do concelho de Alfândega da Fé, envolvendo parte do território de três freguesias. É um trilho circular que inicia e termina no largo da aldeia de Gouveia. Percorre paisagens de características rurais, com vestígios da existência de um povoado fortificado. Tem passagem por núcleos residenciais, representativos da região permitindo o contato com a comunidade local. Sugerimos um merecido descanso numa antiga escola primária, convertida em

alojamento rural.

Mais uma caminhada organizada pelo CCA/Posto de Turismo onde os pedestrianistas tiveram a oportunidade de desfrutar e apreciar a beleza natural. Este percurso teve a participação de cerca de 15 pedestrianistas.



III Festival de Teatro 06 a 13 de março

O teatro regressou à Casa da Cultura Mestre José Rodrigues durante os dois primeiros fins de semana do mês de março com a terceira edição do Festival de Teatro de Alfândega da Fé. A iniciativa arrancou no dia 6 com a exibição da peça "Robertices". Uma adaptação da obra da escritora Luísa Dacosta pela companhia de teatro Filandorra e que conta também com a participação do grupo de Teatro de Alfândega da Fé, e contou com cerca de 140 espetadores. O grupo Thíasos, do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, trouxe, a 13 de março, a comédia "As Rãs" de Aristófanes. Uma peça cheia de humor, de sátira e crítica na qual o espetador é conduzido a acompanhar o deus do teatro e das artes, Dioniso, e o seu escravo, Xântias, até ao submundo numa viagem repleta de percalços e enganos, procurando aquele que considera o melhor dos trágicos, Eurípides, para o trazer de volta ao mundo dos vivos. Contou com cerca de 160 espetadores.

Extreme Run | 19 de março



Foi um sábado dedicado a testar os limites. Cerca de 30 participantes na Extreme Run de Alfândega da Fé. Tratou-se de uma corrida de obstáculos de inspiração militar na qual superação e desafio se assumiram como as palavras de ordem. Os participantes viram-se obrigados a correr, andar, saltar, rastejar, ultrapassar pneus, rampas, túneis, poças de lama entre outros obstáculos. Uma iniciativa promovida pelo município em colaboração com a Naturthoughts - Turismo de Natureza, Lda., que envolveu muita emoção e adrenalina. Aliás o espírito desportivo, de entreajuda e cooperação foi uma constante ao longo da prova. A iniciativa visa proporcionar momentos de diversão, estimular o espírito de grupo e coesão não havendo lugar para contagem de tempos ou classificações. Esta é também uma forma de promover um estilo de vida saudável, proporcionando momento de descontração e convívio ao mesmo tempo que se dá a conhecer o concelho e as potencialidades neste campo.



Exposição Caminho de Santiago | 23 de março a 30 de maio

Está patente, na Galeria Manuel Cunha da Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, a exposição "Caminho de Santiago". Trata-se de uma exposição que reúne um conjunto de peças alusivas à temática, resultado de um trabalho de recolha e compilação de Paulo Sá Machado. São papéis, documentos, imagens, fotografias, desenhos e pinturas pertencentes à coleção particular de Machado e que contou já com 215 visitantes.

A mostra vai estar patente até 30 de maio, na Galeria de Exposições deste espaço cultural e "insere-se num conjunto de iniciativas, que pretende promover junto da UNESCO o Caminho de Santiago em território nacional para que seja reconhecido como Património Mundial da Humanidade". Um propósito no qual o autor se mostra particularmente empenhado, enquanto Comissário Geral dos Colóquios Internacionais Caminhos de Santiago. A exposição "Caminho de Santiago" já esteve patente em diversos espaços culturais e alia a componente de divulgação à da sensibilização para a importância deste percurso nos seus diferentes domínios. Uma rota que importa valorizar e preservar, daí que se tenha vindo a defender a criação de um curso ou unidade Curricular de nível universitário "que estude e divulgue o Caminho, nas suas mais variadas vertentes", tal como escreve Paulo Sá Machado na folha de sala que acompanha a exposição "Caminho de Santiago".



Curso de Iniciação à Prova de Azeite | 02 de abril

Num concelho em que a olivicultura se assume como uma das principais atividades económicas, o município de Alfândega da Fé organizou o primeiro Curso de Iniciação à Prova de Azeite. A iniciativa teve lugar no sábado, 2 de abril, e contou com mais de 30 participantes. Este curso surge com o objetivo de valorizar e dar a conhecer este produto que é uma importante fonte de rendimento para os agricultores locais. Além disso foi também uma forma de partilhar conhecimentos e experiências com o objetivo de sensibilizar os participantes para a necessidade de manter os padrões de qualidade deste produto de excelência. O curso teve lugar na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues e os formandos tiveram também oportunidade de provar algumas das iguarias confeccionadas com azeite da região. É que para além da componente formativa a iniciativa incluiu um almoço azeitado.

A iniciativa contou com a parceria da APPITAD- Associação dos Produtores em Protecção Integrada de Trás - Os - Montes e Alto Douro- e Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança.



Bootcamp | 09 de abril

Na semana em que se comemorou o Dia Mundial da Atividade Física a Câmara Municipal de Alfândega da Fé promoveu um Bootcamp dedicado ao exercício físico. A iniciativa aconteceu no sábado, a 9 de abril, e pretendeu sensibilizar para a importância da prática desportiva e manutenção de um estilo de vida saudável.

A atividade iniciou-se com uma palestra sobre os benefícios do exercício físico, que decorreu na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues. Conhecidas as vantagens do desporto no campo da saúde e bem-estar a altura foi de partir para o parque verde e iniciar o treino de Fitness. Foi neste que consistiu a atividade de Bootcamp, um treino de fitness, ao ar livre, baseado no conceito de ginástica de aplicação militar. O treino consistiu num conjunto variado de exercícios, conjugado com o "grito de guerra" da equipa e com prontas respostas ao bom estilo militar. Tudo isto em pleno Parque Verde, bem no centro da vila de alfândega da Fé. Foram momentos intensos, divertidos que permitiram libertar o stress e fomentar a autoestima e otimismo. Com a realização desta atividade o Município de Alfândega da Fé pretende reforçar a política de promoção da prática desportiva e de estilos de vida saudável.

Recorde-se que o Dia Mundial da Atividade Física, que se assinala a 6 de abril, foi instituído pela Organização Mundial de Saúde como forma de sensibilizar para a necessidade de prevenir o sedentarismo, apontado como um dos principais fatores de risco de morte no mundo. Sensível a esta problemática, o município pretende promover as vantagens do exercício físico junto da população local, mas também nos serviços municipais. Daí que tenha sido realizado uma atividade de Bootcamp para os colaboradores municipais, no dia 6 de abril.



Dia Internacional dos Monumentos e Sítios | 18 de abril

O município de Alfândega da Fé volta a associar-se às comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios este ano dedicado ao tema: Desporto um Património Comum. A efeméride assinala-se com o Peddy Paper "Descobrir Alfândega". A atividade foi destinada aos alunos do 2º, 3º ciclos e secundário.



Divisão Administrativa e Financeira (DAF):

Através do SIAL – Sistema de Informação Integrado das Autarquias Locais (Portal Autárquico), a autarquia no âmbito dos deveres de informação, através da Divisão Administrativa e Financeira prestou toda a informação à Direcção Geral das Autarquias Locais – DGAL;

No âmbito das auditorias externas efetuadas pelo Revisor Oficial de Contas, a Divisão Administrativa e Financeira prestou apoio, esclarecimentos e facultou toda a informação necessária e solicitada pelo Revisor Oficial de Conta, para que este elaborasse e apresentasse o Relatório de Auditoria Externa referente ao 4º Trimestre de 2015- Prestação de Contas;

No âmbito da Prestação de Contas, a Divisão Administrativa e Financeira, desenvolveu os trabalhos necessários para apresentação do Relatório de Gestão e Contas do ano de 2015, presente na RC realizada no dia 12 de Abril, para aprovação do órgão executivo e submetido para apreciação do órgão deliberativo na presente Sessão de Assembleia Municipal, nos termos da al. d) do n.º 2 do art.º 34.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

No âmbito do PAEL e reequilíbrio financeiro, a Divisão Administrativa e Financeira, procedeu a elaboração do relatório de acompanhamento da prestação de contas 2015, a apresentar ao membro do Governo responsável pela área das autarquias locais, sobre o cumprimento do plano de reequilíbrio financeiro, bem como, submissão do mesmo a Assembleia Municipal, para monitorização e acompanhamento.

Ainda no âmbito da prestação de contas de 2015, foi efetuada a “Prestação de Contas por Via Eletrónica” ao Tribunal de Contas, conforme previsto na Lei nº 73/2013, de 3/9 e na Lei nº 75/2015, de 15/9, as quais devem ser prestadas nos termos da Resolução nº4/2001-2ª S, alterada pela Resolução n.º6/2013-2ªS, e da Resolução n.º2/2014, de 27/11, nos termos do art. 51.º al. m) e 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º20/2015, de 9/3.

No âmbito das competências cometidas à DGAL em matéria de acompanhamento da gestão financeira e patrimonial das autarquias locais, foram submetidos os diversos elementos solicitados e referentes a prestação de contas do município, bem como, documentos de prestação de contas relativos às entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do município nos termos do art. 54º da Lei nº 73/2013, de 3/9.

No âmbito do reporte de Contas a ERSAR, a DAF em colaboração com a DUA, prepara a elaboração dos ficheiros relativos à prestação de contas (abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos urbanos) preconizada na al. B) do n.º 1 do art.º 13.º do Decreto- Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Elaboração da Proposta do Relatório anual sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluído os de Corrupção e Infrações conexas, que decorre da Redação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção que o Município de Alfândega da Fé deverá efetuar um relatório anual sobre a execução do Plano, o qual deve ser remetido ao CPC, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo. Assim, a Divisão Administrativa e Financeira, promoveu a recolha, junto de cada uma das unidades orgânicas responsáveis, dos relatórios de monitorização parciais de execução, e procedeu à elaboração do citado relatório anual, que será submetido a próxima reunião de Câmara, para aprovação, e posterior envio ao CPC e demais órgãos de superintendência, tutela e controlo;

O Município de Alfândega da Fé apresentou ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), em 9 de abril de 2015, uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), ao abrigo do artigo 24º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto. A versão final da proposta de PAM, de 15 de julho, resultou de intenso e profícuo trabalho desenvolvido entre as partes, beneficiando dos ajustamentos necessários que se encontram espelhados nos documentos que integram o PAM. Foi aprovado pela Direção Executiva do FAM a proposta de PAM, com assistência financeira até ao montante € 1.502.818,86. O processo foi aprovado a



Reunião de Câmara de 22 de setembro de 2015, a Assembleia Municipal de 26 de setembro, e posterior envio ao Tribunal de Contas para obtenção de visto prévio, o qual após várias devoluções e solicitação de esclarecimentos, foi visado tacitamente a 31 de março de 2016.

Neste seguimento, a DAF encontra-se a efectuar a substituição dos EMLP renegociados e respectivas amortizações antecipadas do EML existentes, traduzindo-se este processo numa redução significativa dos encargos com juros.

No âmbito do Recursos Humanos foi efetuada a elaboração do Balanço Social e submetido a todas as entidades de acordo com a legislação em vigor. O **Balanço Social**, instrumento privilegiado de planeamento e de gestão dos Recursos Humanos dos serviços e organismos, incluído no respetivo ciclo anual de gestão, deve ser elaborado anualmente no primeiro trimestre, com referência a 31 de Dezembro do ano imediatamente anterior. Foi o Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro, que consagrou, como medida de modernização da Administração Pública, a obrigatoriedade de elaboração deste instrumento de planeamento estratégico para a generalidade dos serviços públicos. O artigo 7º, nº 1, alínea c), da Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro (Estatuto do Pessoal Dirigente), com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e artigos 8.º, n.º 1, alínea e), 31.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro (estabelece o *Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública*) veio secundar aquele diploma.

No âmbito das subvenções públicas de 2015, e nos termos da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicidade dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, a DAF efectuou o reporte de informação a IGF, através da inserção dos dados num formulário electrónico próprio e apresentação da respectiva documentação de suporte digitalizada, aprovados por despacho do órgão competente para a aprovação.

A IGF é a entidade responsável pela verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas na lei em referência, sendo que a actividade dos benefícios de subvenções está sujeita a fiscalização e controlo por parte dessa entidade.

O município envia à DGAL, trimestralmente, informação sobre o endividamento, através da aplicação informática SIIAL, no input Endividamento. Neste input, as dívidas de natureza não orçamental devem ser identificadas como tal, de forma a que as mesmas sejam subtraídas ao computo da dívida total do município, considerada para efeitos de aferição do cumprimento do limite supra referido

O município envia à DGAL, através do SIIAL, informação sobre as operações de tesouraria, no input Fluxos de caixa, as quais, na medida em que constituem cobranças para terceiros, consubstanciam operações de natureza não orçamental.

Da comparação entre os montantes das operações não orçamentais reportados por esse município relativos a 31-12-2015 e o saldo final de operações de tesouraria na mesma data, constata-se a existência de diferenças de valores, o que obrigou o município (a DAF) a ter que efectuar novos inputs, bem com a confirmação da informação enviada através do SIIAL, quer no input Endividamento (4º trimestre de 2015), quer no input Fluxos de caixa (Saldo inicial de 2015 e 1º ao 4º trimestres), sendo que neste processo foi necessário efectuar todos os reportes referentes ao ano e 2015.

Foi ainda, efetuada a divulgação junto dos trabalhadores dos documentos internos e das normas e procedimentos adotados pelos Serviços;

Assegurar todo o serviço de reprografia necessário ao bom funcionamento da Câmara Municipal, bem como, envio e tratamento de todo o expediente relacionado com as reuniões de Câmara e Assembleia Municipal e transcrição das respetivas atas.

Inscrição e Registo de imóveis diversos e participação nos registos de Finanças e Conservatória do Registo Predial e elaboração de escrituras de compra e venda e constituição do direito de superfície de imóveis.

À monitorização dos indicadores dos processos da Qualidade da Divisão Administrativa e Financeira.

Ao apoio direto através dos serviços informáticos às Juntas de Freguesia e Escolas do concelho.

À monitorização dos indicadores dos processos da Qualidade da Divisão Administrativa e Financeira.



Preparação da 2.º fase da Auditoria Externa, tendo em conta o alargamento do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade para Sistema Integrado Qualidade Segurança e Ambiente (QSA).

Divisão de Obras (DO)

A Divisão de Obras, exerce funções nos domínios das obras públicas, empreitadas, manutenção e conservação de equipamentos, coordenação e fiscalização de trabalhos de construção civil, (quer por administração direta quer por empreitada, armazém), Higiene e Segurança no Trabalho, bem como na organização e de processos de concurso de obras públicas, informações e pareceres técnicos, incluindo a elaboração de cadernos de encargos, programas de concurso, abertura e análise de propostas e gestão técnica de procedimentos, bem como gestão da divisão.

Destaco ainda o acompanhamento e apoio técnico dos processos do Fundo Social de Apoio à Habitação.

Ao longo deste período foram cumpridas as competências exigidas e constantes na Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Alfândega da Fé.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

.Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras e Divisão Administrativa e Financeira, na aquisição de bens e serviços relativos às obras por administração direta promovidas por este Município.

. Acompanhamento das Obras por Administração Direta promovidas pela Autarquia e constantes no Plano de Atividades.

Apresentação de relatório semanal onde consta o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores afetos à Divisão de Obras e afetação de pessoal externo às obras por administração direta. Elaboração de informações; elaboração de fichas de controlo de qualidade da obra; controlo dos materiais e preenchimento de férias faltas e licenças dos funcionários.

- Limpeza de bermas e valetas em várias estradas do concelho;
- Limpeza e Manutenção de Caminhos Agrícolas em diversas freguesias no concelho;
- Calçetamento de ruas na sede do concelho e em várias freguesias – Cerejais; Vilarchão; Sendim da Serra; Santa Justa e Sambade;
- Jardins Municipais (**manutenção**);
- Limpeza urbana (**manutenção**);
- Execução de dreno na capela dos Colmeais (**concluído**);
- Execução de dreno em Santa Justa (**concluído**);
- Execução de muro de suporte em Sambade (**em curso**);
- Reabilitação do muro de vedação do polidesportivo de Sambade;
- Desobstrução de diversas vias de comunicação, provocadas pelo deslizamento de taludes(vulgo: esbarradas), decorrentes das adversas condições climáticas, nomeadamente provocadas pelo aumento da pluviosidade;
- Reparações em diversos Edifícios Públicos
- Execução de Separador em Sambade em frente à antiga Casa do Povo – atual Centro Tecnológico (**falta pavimentação do separador**)
- Reabilitação do Muro da fonte da Fontareja em Vilaes da Vilariça (**concluído**);
- Colocação de pavê na entrada de Vilarchão (**em curso**);
- Reabilitação das Paragens de autocarro junto ao Mercado Municipal

A DIVISÃO DE OBRAS REÚNE SEMANALMENTE, COM ELABORAÇÃO DE ATAS, BEM COMO O REPORTE SEMANAL DOS CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

FSAH (Fundo Social de Apoio à Habitação)

Colaboração e sintonia entre Divisão de Obras e Divisão de Desenvolvimento Económico Social e Cultural, no acompanhamento e apoio técnico dos processos envolvendo a elaboração de: relatório técnico; orçamentação,



acompanhamento da execução da obra e medição dos trabalhos executados nas habitações dos munícipes, tendo sido feitas as intervenções achadas tecnicamente necessárias e adequadas, estando ainda alguns processos em análise.

PROTOCOLOS/CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS

- Contrato interadministrativo com a União de freguesias Gebelim e Soeima para execução de muros para sacra em Soeima; **(em curso)**
- Contrato Interadministrativo com a Associação Recreativa de Valpereiro para Ampliação da antiga Escola Primária de Valpereiro; **(em curso)**
- Contrato Interadministrativo com a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nª Sra. da Encarnação de Valverde para apoio à execução dos trabalhos necessários à Pintura de paredes exteriores e portas da Igreja Matriz de Valverde **(em curso)**

OBRAS POR EMPREITADA:

Na gestão dos empreendimentos a seguir enumerados foram seguidos pela Divisão de Obras os procedimentos constantes na legislação em vigor, do Código dos Contratos Públicos, D.L nº 18 de 2008 de 29 de Janeiro.

CONCURSOS PÚBLICOS:

- Apoio técnico das empreitadas “Lar de Gebelim” e “Lar da Parada”; - (em fase de conclusão Lar de Parada)

RECEÇÕES DEFINITIVAS

Receções definitivas de diversas empreitadas ao abrigo do DL 59/99 de 02 de março, CCP e 190/2012 de 22 de Agosto: elaboração de informações, convocatória para vistorias e documentação adicional de suporte.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Elaboração de novos contratos com a EDP, passagem de contratos provisórios de obra para definitivos, diversas solicitações à EDP para ampliação da rede pública, avarias bem como recolha e comunicação de leituras. Elaboração de base de dados em excel com levantamento de custos e consumos de iluminação pública retirados da análise de faturas (1600 faturas de iluminação pública) desde 2012 até à data. Elaboração de base de dados em excel com levantamento de custos e consumos de edifícios públicos (incluindo Eters's bombas de água, semáforos, etc) retirados da análise de faturas desde 2012 até à data (em curso)

SETOR DE PROJETOS E APOIO TÉCNICO

Serviços de Topografia : levantamentos topográficos, piquetagens, levantamento de infraestruturas viárias e outras, cadastro predial; monitorizações de muros, etc...

QUALIDADE SEGURANÇA E AMBIENTE

Preparação da Auditoria Externa, tendo em conta o alargamento do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade para Sistema Integrado Qualidade Segurança e Ambiente (QSA) . Foram elaborados e revistos novos processos, procedimentos, Impressos e Instruções de Trabalho, segundo as normas ISO 9001: 2015 (Qualidade), OHSAS 18001:2007 (Segurança) e ISO 14001:2012 (Ambiente).



DIVISÃO de URBANISMO e AMBIENTE (DUA):

SOTU (Setor de Ordenamento do Território e Urbanismo) + GTF (Gab. Técnico Florestal):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + António Constâncio (**antonioc**) + Filipa Pimenta Guerra (**filipa**) + Fernando Antunes (prestação de serviços contratada)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > PLANEAMENTO (levantamentos / bases de dados / SIG / etc.)
 - > “Plano Anual de Atividades SIG e Ordenamento do Território” — em implementação
 - > “Rede de Rega da ADRAF” (apoio cartográfico / SIG prioritário, definido pelo Sr. Vice-Presidente) — em curso
 - > SIG: “Cartas Temáticas” (solicitações da DUA e da Casa da Cultura)
 - > GTF: Elaboração do “Plano Operacional Municipal” de 2016 (aprovado pela CMDFCI)
 - > GTF: Revisão da cartografia de risco, no âmbito do PMDFCI — em curso
 - > GTF: Apoio ao GIPS - “Cadastro e Fiscalização das Faixas de Gestão de Combustível” — em curso
- > Ações no TERRITÓRIO / FLORESTAS (implementação de ações no terreno / monitorização / fiscalização / etc.)
 - > Acompanhamento da implementação “Plantação de 400 castanheiros no Parque de Alvazinhos”
- > DESENHO URBANO e REABILITAÇÃO URBANA:
 - > “Operação de Reabilitação Urbana da Zona História de AF” — em curso
 - > “Felgueiras, aldeia pioneira em bioturismo, biourbanismo e artes plásticas” — fase inicial
 - > Sinalética informativa e turística para AF (definição estratégica / conceção / cartografia) — suspenso
 - > Projeto “Cidades e Vilas de Excelência” — suspenso
 - > SIG: Planta Turística da Vila Alfândega da Fé (atualização cartográfica / conceção da imagem) —

suspenso

SA (Setor de Ambiente) + GTF:

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Carina Teixeira (**carinat**) + Equipa do Ambiente (Margarida Fonseca, Ana Araújo, Virgínia Rodrigues) + Filipa Pimenta Guerra (**filipa**)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > PLANEAMENTO (levantamentos / bases de dados / etc.)
 - > A Implementação do “Sistema de Gestão Ambiental”, nos termos da **Norma ISO 14001:2012**
 - > “Plano Municipal de Educação Ambiental” — em implementação
 - > “Plano Municipal do Ambiente” — revisto
- > SENSIBILIZAÇÃO Ambiental no concelho:
 - > Campanha de Sensibilização “Recolha de pilhas usadas” — concluído
 - > Ação “Recolha de tampas de plástico” — concluído
 - > Sensibilização “Separação de resíduos e Compostagem – Outra forma de reciclar” — concluído
 - > Efeméride – 18/03/2016: “Dia Mundial da Água e da Árvore” (ATL da Páscoa) — concluído
 - > Efeméride – 19/03/2016: “Hora do Planeta” — concluído
 - > Participação na Semana Educativa (Stand Separação de Resíduos, etc.) — concluído
 - > Participação no ATL da Páscoa (Peddy Paper, etc.) — concluído
 - > Atividades periódicas com o Setor de Educação infantil da Biblioteca Municipal — em curso
 - > Atividades periódicas com a Liga dos Amigos do Centro de Saúde / Universidade Sénior — em curso
 - > Atividades periódicas com a Leque — em curso
- > Ações no TERRITÓRIO / AMBIENTE (monitorização / fiscalização / regularizações / etc.):



- > Reporte do “Relatório de Monitorização Mensal dos Resíduos Urbanos e Educação Ambiental” — suspenso
- > Reporte do “Relatório de Monitorização Mensal da Eficiência Energética nos Edifícios Municipais” — suspenso
- > “Resíduos Sólidos Urbanos” (coordenação e fiscalização) — em curso

SGU (Setor de Gestão Urbanística):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Eusébio Cordeiro (**eusebioc**) + Cátia Escalreira (**catia**) + Mário Oliveira (prestação de serviços contratada)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > Implementação da “Ficha de Controlo de Prazos do RJUE” — em permanência
- > Implementação do “Arquivo Digital Único do RJUE” — em permanência
- > Implementação do Procedimento da Qualidade “Gestão de Processos no âmbito do RJUE” — em permanência
- > Balcão do Empreendedor (BdE): Frontoffice (atendimento mediado) do SIR e RJACSR + backoffice do SIR e RJACSR
- > Atualização de impressos (requerimentos, ofícios, alvarás, certidões, declarações, etc.) — concluído
- > Elaboração do “**Plano de Ação para a Desmaterialização do Serviço de Urbanismo (2016)**” — em implementação
- > Preparação do Relatório-Base para “Monitorização Periódica do Serviço de Urbanismo” — a retomar no ano 2016

SFM (Setor de Fiscalização Municipal):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Virgílio Jacinto (**virgilio**) + Telmo Herdeiro (**telmo**) + Bruno Pousada (**brunop**) + Mário Oliveira (prestação de serviços contratada)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > Fiscalização regular do Concelho (2 zonas de fiscalização): norte/poente (**brunop**) e sul/nascente (**telmo**)
- > Fiscalização regular da Vila de Alfândega da Fé (3 zonas de fiscalização): (**brunop**) / (**telmo**) / (**virgilio**)
- > Elaboração do “**Plano de Ação do Serviço de Fiscalização Urbanística (2016)**” — em implementação
- > Reporte periódico dos Relatórios de Atividades da Fiscalização
- > Reporte do “Relatório de Monitorização Mensal do Serviço de Fiscalização Urbanística” — suspenso

SAS (Setor de Águas e Saneamento):

Rui Martins Gonçalves (**ruig**) + Zeferino Ferreira (**zeferino**) + Nuno Jacinto (**nunojac**) + Daniela Ferradosa (**daniela**) + João Mesquita (**joaom**) + Mário Cancela + Andreia Amaro + Carlos Herdeiro e operários (Luís Rodrigues, Horácio Castilho, Francisco Vileares, João Paulo Pereira, Eduardo Joaquim Alves, Norberto Pousada, Carlos Simões, Jorge Correia) + cobradores (Manuel Jacob, Rui Araújo, Sandro Macedo)

> Principais ATIVIDADES e Destaques:

- > Abastecimento de Água e Saneamento — gestão das redes (em baixa):
 - > Formação do **Tarifário** ao utilizador final para 2016
 - > Elaboração do “**Plano de Ação do Serviço de Águas e Saneamento (2016)**” — em implementação
 - > Elaboração do “**Plano de Combate ao Desperdício nos Sistemas de AA (2016)**” — em implementação
 - > **Monitorização semanal** dos valores dos caudais e volumes de água nos reservatórios, alertando para os desvios
 - > Formulação de propostas de melhoria da gestão das redes / Planeamento Macro das Redes
 - > Implementações de melhorias na organização interna (articulação com Encarregado Geral / gestão de stoks / etc.)
 - > **Seccionamento da Rede de Abastecimento de Água da Vila** — em curso (ações preparatórias)
 - > Empreitada do AA ao Santuário Santo Antão (5 km) — em curso (procedimento concursal)
 - > Empreitada de ampliação dos reservatórios (4 abrigos) — em curso (procedimento concursal)



- > Abastecimento de Água e Saneamento — operacionalização das redes (em baixa):
 - > Monitorização dos pedidos/requerimentos, dos serviços e dos prazos associados — **Relatório Semanal**
 - > Atendimento aos munícipes e registo na aplicação “AGU”
 - > Instruções de Serviço para execução pelos canalizadores (colocação/remoção/mudança de local de contador, ramais domiciliários, reparação de anomalias, reparações na rede, etc.)
 - > Informação técnica sobre os pedidos de ramal domiciliário e outros pedidos
 - > Gestão operacional dos canalizadores e distribuição do serviço — **Planeamento Semanal**
 - > Apoio técnico aos canalizadores
- > Abastecimento de Água — Tratamento / ERSAR:
 - > Gestão e manutenção dos Reservatórios de Água (controlo da qualidade da água) — **Planeamento Mensal**
 - > Plano de Controlo da Qualidade da Água / Relacionamento com a ERSAR / Relacionamento com a ULS
 - > Indicadores de Qualidade do Serviço (AA) – reporte à ERSAR
- > Saneamento — ETAR's:
 - > Gestão e manutenção das ETAR's compactas do município (controlo operacional) — **Planeamento Mensal**
 - > Indicadores de Qualidade do Serviço (AR) – reporte à ERSAR
 - > Relacionamento com a APA-ARHN / resultados das análises das águas residuais
 - > Preparação da receção definitiva das ETAR's de 2.ª fase (articulação com a EFACEC) — em curso
- > Rede de Rega da Estevaíinha:
 - > Apoio à Associação de Regantes de Alfândega da Fé (serviço de canalizadores: 1 equipa em permanência)

Gabinete da Qualidade:

De acordo com o Programa de Auditorias, nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro decorreu a **auditoria externa ao SGQSA - Renovação da Qualidade com transição** (para a NP EN ISO 9001:2015) e **1.ª Fase de Concessão NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007**, através de auditores externos contratados pela SGS (empresa certificadora), tendo resultado a identificação de 3 “Pedidos de Ação Corretiva” e 4 “Observações”, pela NP EN ISO 9001:2015. Nesta auditoria de Renovação da Qualidade com transição foi assegurada a renovação do âmbito, assim como a transição para NP EN ISO 9001:2015. Atualmente, o âmbito da Certificação da Qualidade da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, pela NP EN ISO 9001: 2015, é a prestação de serviços de:

- “Apoio ao Empreendedorismo”
- “Licenças Administrativas”
- “Urbanismo (controlo prévio/fiscalização)”
- “Obras Municipais”
- “Águas e Saneamento”
- “Ambiente”
- “Proteção Civil” - “Florestas”
- “Ação Social, Educação e Desporto”
- “Cultura e Turismo”
- “Biblioteca Municipal”
- “Medicina Veterinária Municipal”

Todos os Processos do SGQSA-2015 estão certificados, pela NP EN ISO 9001:2015.

Durante o mês de junho irá decorrer a **2.ª Fase de Concessão NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007** (para se obter a certificação na área do Ambiente e Segurança) aos Processos:

- **Pela NP EN ISO 14001:2012:** As componentes administrativas dos serviços de Apoio ao Empreendedorismo, Licenças Administrativas, Urbanismo, Obras Municipais, Águas e Saneamento, Ambiente, Proteção Civil e Florestas, Ação Social, Educação e Desporto, Cultura e Turismo e Biblioteca Municipal. **Educação Ambiental;**
- **Pela OHSAS 18001:2007:** Prestação de Serviços de: Licenças Administrativas, Urbanismo (Controlo Prévio/Fiscalização), Proteção Civil e Florestas, nos Paços do Concelho.

Gabinete Proteção Civil:

- ✓ Apoio ao Gabinete Técnico Florestal, nomeadamente em pedidos de licenciamento de abate e podas de sobreiros e/ou azinheiras, nos termos do Decreto-Lei 169/2001, de 25 de Maio;
- ✓ Em conjunto com os Bombeiros Voluntários, foi ministrada uma ação de formação sobre “manuseamento e utilização de extintores”, destinada a professores e funcionários do Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé;
- ✓ Colocação de caixas em PVC para extintores no depósito da E.B.1;
- ✓ Orientação de estágio do aluno do Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte – CICCOPN (Bruno Dantas Torres);
- ✓ Em articulação com a Divisão de Urbanismo e Ambiente – DUA, nos termos dos artigos 89.º e 90.º do RJUE, acompanhamos a situação de “Dever de Conservação” relativamente ao imóvel em ruína sito no n.º 80 da Rua do Espírito Santo em Alfândega da fé;
- ✓ Decorreu de 14 a 18 de Março a VII Semana da Proteção Civil. Esta iniciativa foi desenvolvida pelo Gabinete de Proteção Civil em articulação com os diferentes agentes da proteção civil e outras instituições locais. Com a realização destas atividades o Gabinete de Proteção Civil pretende alertar, sensibilizar e formar a população para áreas como a segurança, prevenção de incêndios e medidas de autoproteção.

Fotos da VII Semana da Proteção Civil:



Biblioteca Municipal (BM):

Sector de Biblioteca

No setor de Biblioteca realizam-se as atividades de dinamização da leitura e do livro:

- Organização da 10ª edição do **CONCURSO NACIONAL de LEITURA** – Fase Distrital.

O Plano Nacional de Leitura (PNL) em parceria com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e com a Rede das Bibliotecas Escolares, e em articulação com a RTP, promove, no ano letivo de 2015-2016, a 10ª edição do Concurso Nacional de Leitura (CNL). A entidade organizadora distrital, no presente ano, é o Município de Alfândega da Fé - Biblioteca Municipal.



Os principais objetivos do CNL são a promoção do gosto pela leitura entre os jovens; o conhecimento de autores de diversas gerações e de diferentes estilos literários, num encontro que pretende ser uma grande festa do livro e de convívio salutar entre todos os participantes em torno da leitura.

Neste encontro, realizado no dia 20 de Abril, participam 71 alunos de todos os Concelhos do Distrito de Bragança com os respetivos professores (43), sendo um total de 114 pessoas.



No âmbito do incentivo à escrita a BM está a dar continuidade à dinamização das “Oficinas de escrita criativa – Mexer nas palavras”. Esta atividade destina-se a jovens de 3º Ciclo (7º, 8º e 9º) e Secundário (10º, 11º e 12º) e que tem como objetivos: estimular a criatividade; ser capaz de construir textos e poemas; saber distinguir os vários tipos de escrita (literária, técnica, jornalística).



Sector de Audiovisuais

Atividades Realizadas no âmbito da dinamização da Biblioteca Municipal:

- “**Informática Júnior**” - crescer com a Internet” – Atividade destinada a alunos do pré - escolar

Atividade que visa introduzir conceitos ligados às novas tecnologias aos mais novos. Oferece às crianças, entre os 3 e os 6 anos de idade, jogos e diversão, ajudando-as também a enriquecer as suas competências básicas ao nível da motricidade (ex. manuseamento do rato), da iniciação à escrita (ex. utilização e exploração do teclado).

Calendarização:

Terças e Quartas (Tarde) – alunos do jardim-de-infância de AF.

Sector de Educação Infantil

- **Atividades diárias:** componente de apoio à família e serviço de almoço das turmas do Jardim de Infância de AF.

Componente de apoio à família durante todo o dia nas datas de 21, 22 e 23 de Março onde as crianças tiveram a oportunidade de participar em diversas atividades, tais como: Passeios pela Vila e idas ao parque; Visita à exposição de velharias que se encontra na Liga de Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé; Visualização de filmes; Decoração de uma árvore alusiva



à Primavera; Confeção de bolinhos de leite; Comemoração do Dia Mundial da água dinamizada pelo Setor do Ambiente do Município.

- “A aventura dos livros na Biblioteca Municipal”.

Atividade que se destina à divulgação do livro e incentivo à leitura aos alunos do 1º Ciclo do ensino básico através da exploração de obras que fazem parte do Plano Nacional de Leitura.

- “Hora do conto – Dinamização do livro e da leitura - Quinzenal”.

Esta atividade destina-se às crianças do pré-escolar para incentivo precoce ao interesse pelo livro, através de atividades lúdicas e divertidas.

- Atelier de Expressão Plástica dinamizado pelos artistas plásticos Graça Costa e Roberto Franchini, - Colaboração com o CCA / Público-alvo: 1º e 2º ano/ Pré- escolar
- Hora do conto “ O Sapo Apaixonado” de Max Velthuijs -Colaboração da Universidade Sénior
- Sensibilização do Dia Mundial das Doenças Raras - Colaboração com a Associação Leque
- Visita ao CIT e Centro Cultural e Tecnológico de Sambade - Workshop de bombons de castanha
- Sensibilização do dia Mundial da Saúde” - Visita ao Centro de Saúde de Alfândega/ Colaboração com a Equipa de Saúde Escolar

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA DO MUNICIPIO:

Passamos agora, a descrever a situação financeira da autarquia em diversos aspectos importantes e fundamentais para uma boa gestão dos recursos financeiros do município:

SITUAÇÃO a 31 de MARÇO de 2016

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Receita

RECEITAS	Previsão Anual	Liquidada	Recebida	Tx real
Correntes	6.901.142,33	3.608.791,47	1.607.513,10	23,29
Capital	995.159,38	414.339,27	329.558,60	33,12
Outras	190,00	1.069,95	495,39	260,73
TOTAL	7.896.491,71	4.024.200,69	1.937.567,09	24,54

Podemos verificar que o orçamento da receita apresenta um grau de execução 24,54 %. Nesta data ainda é prematuro apontar para previsões anuais. Mas tudo indica que se atingira os 85% de execução exigido pela lei nas finanças locais.

Despesa

DESPESA	Previsão Anual	Comprometida	Paga	Tx real
Correntes	5.946.606,11	5.601.197,77	1.411.055,64	23,78
Capital	1.961.885,60	1.249.946,93	512.724,21	26,13
Total	7.896.491,71	6.851.144,70	1.923.779,85	24,36



O orçamento da despesa apresenta um grau de execução de 24,36% apresentando-se assim uma previsão de execução anual superior ao exigido pela lei das finanças locais de 85%.

Evolução do equilíbrio orçamental:

Data	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	30-11-2014	31-05-2015	31-12-2015	31-03-2016
Poupança corrente	-	-	-	-	-	-	355.217,55	590.387,35	+196.457,46
	993.526,14	4.995.614,00	584.552,09	119.748,04	425.068,94	219.447,53			

Regras orçamentais - Equilíbrio orçamental (art nº 40 da Lei nº 73/2012, de 3/9)

Nos termos do artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3/9, para o “Equilíbrio orçamental”:

- 1 – Os orçamentos das entidades do setor local prevêm as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4-Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações medias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Receita Corrente Prevista	Despesa Corrente Prevista	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Equilíbrio Orçamental	Variação
1	2	3	(4)=(2)+(3)	(5)=(2)+(3)	(6)=(5)-(1)
6.901.142,33 €	5.912.406,11 €	983.830,86 €	6.896.236,97 €	6.896.236,97 €	4.905,36 €

Como se pode verificar pelo quadro supra apresentado, na elaboração dos documentos previsionais para 2016, verifica-se o cumprimento do equilíbrio orçamental, imposto no artigo 40.º da Lei nº 73/2013, de 3/9, com o superavit de 4.905,36 €

Despesas com pessoal a 31 de março de 2016

Controlo efetuado pela DGAL:

Despesas com pessoal	Final período ano anterior (1)	Final período ano corrente (2)	Comparação (3)=(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	607 528,89	695 425,04	87 896,15
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)			0

Aumento não justificado	
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos	
Aumento resultante da delegação de competências da administração central	
Aumento resultante da delegação de competências da administração local	



Aumento resultante de disposições legais	
Aumento resultante de outras justificações	
Aumento resultante de outras situações	
Aumento resultante de sentenças judiciais	
Aumentos / Reduções de despesa com pessoal resultante de afetação de recursos entre autarquias ao abrigo de acordos de delegação de competências	
Despesa decorrente da dissolução e da internalização das atividades do Município	87 896
Despesa no âmbito do atendimento digital assistido	
Despesa resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos	
Despesa resultante da delegação de competências da administração central	
Despesa resultante de disposições legais	
Despesa resultante de sentenças judiciais	

Verifica-se um **aumento** de 87.896, €, em comparação com o período homólogo do ano anterior.

Pessoal ao Serviço – evolução

	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2014	31-03-2015	31-05-2015	31-08-2015	30-09-2015	31-10-2015	30-11-2015	31-12-2015	31-01-2016	31-03-2016
Pessoal Serviço	164	160	158	150	158	158	136	136	138	141	149	150	152	153	153	151

Verifica-se um aumento e 15 colaboradores face a 31 de dezembro de 2014.

Originados pela Regularização/contratação de alguns colaboradores integrados nos concursos a decorrer, bem como a integração dos funcionários da Empresa Municipal EDEAF.

Limites das despesas com pessoal para o município

A Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, diploma que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2015 (LOE/2015), preconiza no artigo 62.º, sob a epígrafe “*Gestão de pessoal nos municípios em equilíbrio e nas restantes entidades da administração local*” que os municípios e as restantes entidades da administração local, **no ano de 2015, não podem aumentar as despesas com pessoal.**

Municípios que ultrapassem o limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro ou o montante da dívida (excluindo os empréstimos) seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No ano de 2016, os municípios que ultrapassem em 31.12.2015 o limite da dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou os municípios cujo montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos anos de 2013, 2014 e 2015:

Devem reduzir o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2015, nas seguintes proporções:

a) Em 3%, quando a dívida total ultrapasse 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;

b) Em 2%, nos restantes casos.



Calculo dos limites:

Despesas com Pessoal + Despesas com aquisição de serviços a pessoas singulares superiores a 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos exercícios 2013, 2014 e 2015

1	Despesas com pessoal (01) em 2015	2 715 424,26 €
2	Despesas com aquisição de serviços a pessoas singulares (02) em 2015	
3	35% da média da receita corrente líquida cobrada dos exercícios de 2013 e 2014, 2015	2 364 941,31 €
(4) = (3)-((1)+(2))	Excesso de despesas com pessoal para 2016	-350 482,95 €

Prazo médio de pagamento (PMP):

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIAL

Data	30-09-2010	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-03-2014	30-6-2014	30-09-2014	31-12-2014	31-03-2015	30-06-2015	30-9-2015	31-12-2015	31-03-2016
Prazo médio de pagamento - evolução	340 dias	86 dias	65 dias	100 dias	57 dias	44 dias	37 dias	12 dias	11 dias	12 dias	12 dias	15 dias	21 dias	16 dias

O prazo médio de pagamento em 31 de março de 2016 é de 16 dias.

ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) o limite da dívida total para cada município em 2014, é apurado do seguinte modo:

1 - "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, **1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**".



1. LIMITES DA DÍVIDA TOTAL 2016 -

Valores expresso em (€)

	Receitas cobradas	Reembolsos e	Receita cobrada	
Receitas Relevantes para efeitos de cálculo do Limite de Endividamento	brutas	restituições pagos	líquida	Observações
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	
Receitas Correntes do Ano 2013	6 637 795,52 €		6 637 795,52	
Receitas Correntes do Ano 2014	6 731 987,65 €		6 731 987,65	
Receitas Correntes do Ano 2015	7 090 117,48 €		7 090 117,48	
TOTAL DA RECEITA RELEVANTE	20 459 900,65	0,00	20 459 900,65	
Média Aritmética da Receita Relevante			6 819 966,88	(A)
CÁLCULO DOS LIMITES DA DÍVIDA TOTAL			10 229 950,33	(B) = 1,5 x (A)

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

Divida Total da Autarquia

Apuramento da Divida Total do Município em 31/03/2016 e evolução

Municípios (Previsão)	Limite da dívida total	Dívida total	Valor em Excesso	
	(RFAL)	Excluindo dívidas não Orçamentais e FAM		
	1	2	(3)=(2)-(1)	
01/01/2016	10 229 950,33 €	19 551 802,73 €	9 321 852,41 €	
31/01/2016	10 229 950,33 €	19 466 770,27 €	9 236 819,95 €	
		Redução obrigatorio 10%	932 185,24	10,00
		Redução verificada	85 032,46	0,91
		Valor em falta para redução	847 152,78	9,09

Valores de 31/03/2016, ainda são meramente previsionais, sujeitos a alteração após comunicação efetiva dos limites pela DGAL.

Nos termos do n.º 8 do art.º 98.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31/12 – OE2015, O montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do art. 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA e FINANCEIRA (DAF)

Evolução da devida de médio e longo prazo:

Designação	Dezembro 2012	Dezembro de 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Janeiro de 2016	Março de 2016
Empréstimos CMAF	16.305.192,54	19.165.732,57	19.926.737,84	19.204.011,06	19.113.753,57	18.922.085,89
Locações Financeiras	00	00	00	0	0	
Total	16.305.192,54	19.166.732,57	19.926.737,84	19.204.011,06	19.113.753,57	18.922.085,89

Mapa de encargos com Empréstimos 31 de março 2016:

Descrição	Amortização	Juros	Saldo inicial	Saldo final
Banco BPI, SA	16 485,97	273,48	354 864,59	338 378,62
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	4 138,45	25,95	103 772,40	99 633,95
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	6 975,59	43,74	174 914,32	167 938,73
DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	0,00	0,00	840 000,00	840 000,00
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	53 531,23	54 583,19	5 920 622,77	5 867 091,54
DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	54,00	0,00	610 155,63	610 101,63
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	7 447,20	3 460,45	473 411,60	465 964,40
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	73 683,79	34 238,14	4 684 001,25	4 610 317,46
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	14 894,44	6 920,59	946 823,22	931 928,78
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	14 894,44	6 920,89	946 823,22	931 928,78
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	45 271,87	21 036,16	2 877 885,24	2 832 613,37
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	8 936,67	4 152,53	568 093,92	559 157,25
Caixa Geral de Depósitos	26 616,96	1 212,75	150 829,48	124 212,52
DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	0,00	0,00	542 818,86	542 818,86
Total	272 930,61	132 867,87	19 195 016,50	18 922 085,89

Como se pode verificar pelo quadro anterior os encargos com EMLP já atingiram o valor de 405.798,48 € apenas em 3 meses de execução.

Evolução das dívidas de Curto Prazo:

Designação	Dezembro 2012	Dezembro de 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015	Janeiro 2016	Março de 2016
Fornecedores, c/c	2.227.818,96	482.064,20	513.646,11	304.694,07	257.787,78	288.727,68
Empréstimo de curto prazo	00,00	00,00	0	0	0	150.000,00
Outros credores	815.004,28	770.110,25	213.138,91	478.650,86	526.452,22	588.241,79
Total	3.042.823,24	1.252.174,45	726.785,02	783.344,93	784.240,00	1.026.969,47

De referir que está incluído neste valor de curto prazo o montante de 482.285,09 referente ao FAM e operações não orçamentais, que não reflectem para a dívida total.



Pagamentos em atraso e fundos disponíveis - Pagamentos em atraso a 31 de março de 2016

	Contas a pagar	Pagamentos em atraso				Total
		Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	
31-03-2016	295 927,78 €					
31-01-2015	221 243,46 €	- €	- €	- €	- €	- €
31-12-2015	252 106,11 €	- €	- €	- €	- €	- €
30-10-2015	221 306,38 €	- €	- €	- €	- €	- €
31-10-2015	198 225,58 €	- €	- €	- €	- €	- €
30-09-2015	253 109,82 €	- €	- €	- €	- €	- €
31-08-2015	368 901,27 €	4,00 €	113,11 €	20,00 €	43,55 €	180,66 €
31-05-2015	524 245,00 €	28 494,79 €	7 466,00 €	231,95 €	- €	36 192,74 €
31-03-2014	756 233,77 €	17 106,91 €	24 106,26 €	- €	- €	41 213,17 €
2014	1 333 866,71 €	1 373,52 €	49 928,04 €	2 010,87 €	14 740,37 €	68 052,80 €
2013	748 397,46 €	26 645,11 €	74 579,38 €	68 836,79 €	252 956,66 €	423 017,94 €
2012	2 666 008,10 €	37 830,39 €	512 951,97 €	312 841,48 €	702 507,40 €	1 566 131,24 €
Varição 2012-2015	- 2 370 080,32 €	- 37 830,39 €	- 512 951,97 €	- 312 841,48 €	- 702 507,40 €	- 1 566 131,24 €

Nos termos do artigo 98.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31/12, Orçamento de Estado para 2015, e no que concerne a “Redução do endividamento”, “até final do ano de 2015, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem para além das já previstas no Programa de apoio à economia local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados, em setembro de 2014, no sistema integrado de informação das autarquias locais (SIAL).

A 31 de março de 2016, cumpre-se a redução dos pagamentos em atraso, verificando-se em atraso com mais de 90 dias o valor de 0 €.



Fundos disponíveis mês de abril de 2016:

NATUREZA	FUNDOS DISPONIVEIS				
	ANTERIOR	ABRIL	MAIO	JUNHO	ACUMULADO
Transferências ou subsídios com origem OE	1 410 416,85 €	453 701,00 €	453 701,00 €	453 701,00 €	2 771 519,85 €
Receita efetiva própria	377 150,24 €	- €	- €	- €	377 150,24 €
Receita extraordinária (a abater)	- €	- €	- €	- €	- €
Previsão da receita efetiva própria	- €	274 429,59 €	323 492,47 €	140 384,59 €	738 306,65 €
Produto de empréstimos	150 000,00 €	- €	- €	- €	150 000,00 €
Transferências do QREN	- €	- €	- €	- €	- €
Correções por recebimento efetivo	- €	- €	- €	- €	- €
De receitas gerais	200 000,00 €	- €	- €	- €	200 000,00 €
De empréstimos	150 000,00 €	- €	- €	- €	150 000,00 €
Correções de receitas gerais	- €	- €	- €	- €	- €
Correções de empréstimos	- €	- €	- €	- €	- €
Recebimentos em atraso integrados em plano de liq. do devedor	- €	- €	- €	- €	- €
Fundos Disponíveis-Subtotal - Início	2 287 567,09 €	728 130,59 €	777 193,47 €	594 085,59 €	4 386 976,74 €
Comp. Assum. em Reportes Anteriores	4 309 916,99 €	- €	- €	- €	4 309 916,99 €
Pagamentos em reportes anteriores	1 874 941,93 €	- €	- €	- €	1 874 941,93 €
Fundos Disponíveis-Início	- €	77 059,75 €	- €	- €	77 059,75 €
TOTAL :	10 759 993,10 €	1 533 320,93 €	1 554 386,94 €	1 188 171,18 €	15 035 872,15 €



Despesas com o FSM: - 1º trimestre de 2016

Municípios	Verbas atribuídas FSM/OE 2016 (€) (1)	Total das despesas elegíveis FSM em 2016 (€) (2)	Percentagem justificada até 31 de Março de 2016 (%) (3)=(2)/(1)*100
ALFÂNDEGA DA FÉ	107515	79 594	74,03
Total.	107515	79 594	74,03

Como se pode verificar pelo quadro supra apresentado, no 1º trimestre o município já efectuou pagamentos de despesas com educação (alimentação, transportes, auxiliares, professores de actividades extra curriculares...) num valor equivalente a 74,03% das verbas anuais que o Estado transfere para o município.

Município de Alfândega da Fé, 20 de abril de 2016

A Presidente da Câmara Municipal

Berta Ferreira Milheiro Nunes